

Folha Informativa SRADR

2023-02-17

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Regulamento Delegado (UE) 2023/363</u>	2023.02.17	Comissão Europeia	Altera e retifica as normas técnicas de regulamentação estabelecidas no Regulamento Delegado (UE) 2022/1288 quanto ao conteúdo e à apresentação de informações no âmbito da divulgação dessas informações em documentos pré-contratuais e relatórios periódicos relativos a produtos financeiros que investem em atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.
<u>Regulamento de Execução (UE) 2023/364</u>	2023.02.17	Comissão Europeia	Concede uma autorização da União para a família de produtos biocidas «IPA Family 1» em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 528/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho.
<u>Regulamento de Execução (UE) 2023/366</u>	2023.02.17	Comissão Europeia	Relativo à renovação da autorização de uma preparação de <i>Bacillus velezensis</i> ATCC PTA-6737 como aditivo em alimentos para frangos de engorda, frangas criadas para postura e espécies menores de aves de capoeira exceto para postura, à sua autorização para aves ornamentais, que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 306/2013, o Regulamento de Execução (UE) n.º 787/2013, o Regulamento de Execução (UE) 2015/1020 e o Regulamento de Execução (UE) 2017/2276 e que revoga o Regulamento (UE) n.º 107/2010 e o Regulamento de Execução (UE) n.º 885/2011 (detentor da autorização: Kemin Europa N.V.).

OUTROS ASSUNTOS



República Portuguesa

Notícias

❖ Comissão Nacional dos Fundos Agrícolas 2030 reuniu-se

Decorreu, hoje, no Ministério da Agricultura e Alimentação, a primeira reunião da Comissão Nacional dos Fundos Agrícolas 2030 (CNFA2030), órgão de coordenação política do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum - PEPAC, presidido pela Ministra Maria do Céu Antunes, que se fez acompanhar pelo Secretário de Estado da Agricultura, Gonçalo Rodrigues.

Nesta reunião participaram também a Ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, o Secretário de Estado Finanças, João Nuno Mendes, e o Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas, João Paulo Catarino, em representação das respetivas áreas governativas, as quais integram a CNFA2030.

Representando as regiões autónomas, que também fazem parte desta comissão, estiveram presentes a Diretora Regional do Desenvolvimento Rural dos Açores, Emília Silva, e o Secretário Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Madeira, Humberto Vasconcelos.

Folha Informativa SRADR

2023-02-17

Para Maria do Céu Antunes, este momento deriva de «um longo e complexo processo legislativo, que culminou com a definição do modelo de governação dos fundos em Portugal e que nos permite, hoje, consolidar os procedimentos de designação dos organismos de certificação, Inspeção-Geral de Finanças (IGF), e pagador, Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas I.P (IFAP). Este é um passo essencial para a entrada em vigor do PEPAC».

A Ministra sublinhou ainda que «os agricultores vão poder candidatar-se, a partir de 1 de março e até 31 de maio, ao Pedido Único 2023, no qual se incluem também os novos regimes ecológicos e as medidas de ambiente e clima. O PEPAC tem uma visão ambiciosa, mas é uma reforma que não vai deixar ninguém para trás, contribuindo para garantir uma transição justa e inclusiva».

Fonte - [Comissão Nacional dos Fundos Agrícolas 2030 reuniu-se - XXIII Governo - República Portuguesa \(portugal.gov.pt\)](https://portugal.gov.pt)

❖ **Exposição no Parlamento Europeu "Para uma Europa sem produtos fitofarmacêuticos no âmbito do Pacto Ecológico da UE e da reforma da diretiva SUD/SUR"**

De 14 a 16 de fevereiro, o projeto de investigação H2020 [IPMWORKS](https://www.ipmworks.net) organizou a exposição acima referida sobre proteção integrada (IPM) na agricultura com o apoio do Claude Gruffat MEP (Verts, França). A exposição incluiu mais de 25 casos de estudo reais de como os agricultores estão a trabalhar para reduzir ou remover produtos fitofarmacêuticos das suas práticas agrícolas diárias.

A equipa IPMWORKS presente incluiu vários agricultores e agrónomos, especialistas no controlo de pragas de vários países europeus que estão disponíveis para fornecer informações técnicas sobre o controlo dos inimigos das culturas e práticas de IPM. O IPMWORKS contou com o projeto H2020 [IPMDecisions](https://www.ipmdecisions.eu), [IBMA](https://www.ibma.eu) e [IFOAM](https://www.ifoam.org).

Esta exposição, surgiu num momento crucial em que o Parlamento Europeu está a debater a reforma da Diretiva de Utilização Sustentável com uma proposta de [regulamento sobre a utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos](https://www.ec.europa.eu/commission/press-material/detail/20211115_en) (2021/2115) que inclui a IPM como alicerce da sua proposta de implementação.

Continue a acompanhar os desenvolvimentos do projeto em: www.ipmworks.net

Fonte - [Rede Rural Nacional - Exposição no Parlamento Europeu "Para uma Europa sem produtos fitofarmacêuticos no âmbito do Green Deal e da reforma da diretiva SUD/SUR"](https://www.ec.europa.eu/commission/press-material/detail/20211115_en)

Eventos

❖ **"Viver com a Água" é tema do 16.º Congresso da Água – 21 a 24 março**

A Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos está a organizar o 16.º Congresso da Água, que vai realizar-se de 21 a 24 de março, no Centro de Congressos do LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que nesta edição tem o tema "Viver com a Água".

A sessão de abertura do 16º Congresso da Água está agendada para as 9 horas do dia 21 de março e será presidida pelo ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro.

O [programa](#) contempla sessões plenárias sobre "Investimentos Estratégicos – Futuros", "Viver no Tejo", "Monitorização e Inovação", "Ser Sustentável – Viver o Futuro" e "O Planeamento e Gestão no Sec. XXI- ESG – Environmental Social Cooperation Governance".

Também estão agendadas 18 sessões técnicas, que decorrerão em formato presencial e algumas também em formato online, e serão realizadas visitas técnicas no último dia do programa do congresso.

As inscrições podem ser efetuadas através do [formulário](#) disponibilizado online.

Acompanhe toda a informação no [site](#) do evento.

Fonte - [Rede Rural Nacional - "Viver com a Água" é tema do 16.º Congresso da Água](#)

Folha Informativa SRADR

2023-02-17



União Europeia



Notícias da Comissão Europeia

❖ Bem-estar animal: UE reforça proteção para os animais transportados por via marítima

A Comissão propôs hoje reforçar as regras para a proteção dos animais transportados por via marítima. Serão aplicados novos requisitos mais rigorosos à manutenção de registos, procedimentos de emergência, instalações de pontos de saída e aprovação de embarcações de transporte de animais vivos. As novas regras visam reforçar as inspeções dos Estados-Membros às embarcações de transporte de animais vivos. Será criada uma base de dados europeia pela [Agência Europeia de Segurança Marítima \(AESM\)](#) para registar todas as inspeções e permitir aos Estados-Membros aceder rapidamente a todas as informações relevantes durante os controlos.

Stella Kyriakides, Comissária para a Saúde e Segurança Alimentar, afirmou: "O bem-estar animal é uma prioridade e um elemento chave da nossa estratégia "Do Prado ao Prato". A segurança dos transportes é uma parte integrante desta estratégia. Os incidentes com navios de transporte de gado nos últimos anos mostraram muito claramente que algumas práticas atuais não são aceitáveis e comprometem o bem-estar dos animais. Com as novas regras e a próxima revisão da legislação sobre bem-estar animal, estamos a assegurar que os controlos são melhorados e que os animais transportados por via marítima beneficiam dos elevados padrões de bem-estar animal que a Europa se orgulha".

As novas regras incluem um ato delegado sobre inspeção e controlos de navios nos pontos de saída e um ato de execução sobre o registo, armazenamento e partilha de registos oficiais de controlo, dando a todos os Estados-Membros acesso rápido a informação harmonizada. Ambos os atos legislativos entrarão em vigor até maio. Mais informação está disponível [aqui](#).

Fonte - [Daily News 17 / 02 / 2023 \(europa.eu\)](#)

❖ A Comissão apresenta o acordo comercial UE-Nova Zelândia para ratificação

Foi dado hoje um passo importante no sentido da ratificação do acordo comercial entre a UE e a Nova Zelândia com o envio do acordo ao Conselho para assinatura. O envio ao Conselho dos projetos de decisão para a assinatura e a celebração do acordo constitui uma etapa essencial: logo que o Conselho dê luz verde, a UE e a Nova Zelândia poderão assinar o acordo e enviá-lo ao Parlamento Europeu para aprovação. Uma vez aprovado, o acordo poderá entrar em vigor.

Este acordo deverá proporcionar benefícios importantes à UE. Prevê-se um aumento do comércio bilateral até 30 % graças a este acordo, com um crescimento potencial das exportações anuais da UE até 4,5 mil milhões de EUR. O investimento da UE na Nova Zelândia poderá crescer até 80 %. Logo a partir do primeiro ano de aplicação, o acordo poderá reduzir em cerca de 140 milhões de EUR por ano os direitos que oneram as empresas da UE.

O comércio aberto é um dos quatro pilares do Plano Industrial do Pacto Ecológico Europeu anunciado pela presidente Ursula von der Leyen em 1 de fevereiro de 2023, e este acordo será um bom contributo. Uma vez em vigor, contribuirá para tornar a economia da UE mais ecológica, mais competitiva e mais resiliente.

✓ **Novas oportunidades de exportação para empresas, grandes ou pequenas**

Neste acordo, são oferecidas novas oportunidades às empresas através dos seguintes meios:

- eliminação de todos os direitos aduaneiros sobre as exportações da UE para a Nova Zelândia;
- abertura do mercado de serviços neozelandês em setores-chave como os serviços financeiros, as telecomunicações, o transporte marítimo e os serviços de entrega;
- tratamento não discriminatório dos investidores da UE na Nova Zelândia e vice-versa;
- melhoria do acesso das empresas da UE aos contratos públicos da Nova Zelândia para a aquisição de bens, serviços, obras e concessões de obras;
- facilitação dos fluxos de dados, regras previsíveis e transparentes para o comércio digital e um ambiente em linha seguro para os consumidores;

Folha Informativa SRADR

2023-02-17



Notícias da Comissão Europeia

- prevenção de requisitos injustificados em matéria de localização de dados e manutenção de níveis elevados de proteção dos dados pessoais;
- fomento das exportações das pequenas empresas graças a um capítulo dedicado às pequenas e médias empresas;
- redução significativa dos requisitos e procedimentos de conformidade para permitir um fluxo mais rápido das mercadorias;
- compromissos significativos por parte da Nova Zelândia no sentido de proteger e fazer cumprir os direitos de propriedade intelectual, em conformidade com as normas da UE.

✓ **Setor agroalimentar: estimular as exportações da UE, protegendo simultaneamente os seus setores sensíveis**

Os agricultores da UE terão muito melhores oportunidades para vender os seus produtos na Nova Zelândia logo a partir do momento em que o acordo comece a ser aplicado. Desde o primeiro dia de aplicação, serão suprimidos os direitos aduaneiros sobre as principais exportações da UE, como a carne de suíno, o vinho e o vinho espumante, o chocolate, os produtos de confeitaria e as bolachas.

Os agricultores da UE terão benefícios para além das reduções pautais. O Acordo protegerá a lista completa de vinhos e bebidas espirituosas da UE (cerca de 2000 denominações), como Prosecco, Vodka Polaca, Rioja, Champagne e Tokaji. Além disso, na Nova Zelândia serão protegidos 163 dos mais famosos produtos tradicionais da UE (indicações geográficas), como os queijos Asiago, Feta, Comté ou Manchego, o presunto Istarski pršut, o maçapão Lübecker e as azeitonas Elia Kalamatas.

O acordo tem em conta os interesses dos produtores de produtos agrícolas sensíveis da UE: vários produtos lácteos, carne de bovino e de ovino, etanol e milho doce. Para estes setores, não haverá liberalização do comércio. Em contrapartida, o acordo permitirá importações com direitos nulos ou inferiores provenientes da Nova Zelândia apenas em quantidades limitadas (através dos chamados contingentes pautais).

✓ **Os compromissos de sustentabilidade mais ambiciosos de sempre inscritos num acordo comercial**

O Acordo Comercial UE-Nova Zelândia é o primeiro a integrar a nova abordagem em matéria de comércio e desenvolvimento sustentável anunciada na [Comunicação intitulada «O poder das parcerias comerciais: juntos para um crescimento económico ecológico e justo»](#), adotado uma semana antes da conclusão das negociações do acordo comercial, em junho de 2022.

Ambas as partes concordaram com compromissos ambiciosos em matéria de comércio e desenvolvimento sustentável que abrangem uma vasta gama de questões baseadas na cooperação e no reforço da fiscalização, incluindo a possibilidade de aplicar sanções como último recurso em caso de violações graves dos princípios fundamentais em matéria laboral ou do Acordo de Paris.

Pela primeira vez num acordo comercial da UE, o acordo inclui um capítulo dedicado a sistemas alimentares sustentáveis, um artigo dedicado ao comércio e à igualdade de género e uma disposição específica sobre a reforma do comércio e das subvenções aos combustíveis fósseis. O acordo, logo que entre em vigor, também liberaliza os bens e serviços ambientais.

Tudo isto está em consonância com as recomendações recebidas da parte dos cidadãos, na sequência da Conferência sobre o Futuro da Europa, ou seja, promover o comércio sustentável e, ao mesmo tempo, criar novas oportunidades para as empresas europeias.

✓ **Próximas etapas**

Uma vez adotada pelo Conselho a decisão relativa à assinatura do acordo, a UE e a Nova Zelândia podem assiná-lo. Após a assinatura, o texto será transmitido ao Parlamento Europeu para aprovação. Após a aprovação pelo Parlamento, o Conselho poderá adotar a decisão relativa à celebração e, logo que a Nova Zelândia notifique que concluiu igualmente o seu processo de ratificação, o acordo poderá entrar em vigor.

✓ **Contexto**

As negociações para um acordo de comércio livre com a Nova Zelândia tiveram início em junho de 2018. Até março de 2022, realizaram-se 12 rondas de negociações, seguidas de debates intersessões, que conduziram à conclusão das negociações em 30 de junho de 2022, quando o acordo foi anunciado pela presidente Ursula von der Leyen e, em seguida, pela primeira-

Folha Informativa SRADR

2023-02-17



Notícias da Comissão Europeia

ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, na presença do vice-presidente executivo Valdis Dombrovskis e do ministro do Comércio da Nova Zelândia, Damien O'Connor, que lideraram as negociações das duas partes.

Fonte - [Acordo comercial UE-Nova Zelândia \(europa.eu\)](https://europa.eu)



Costa Rica elimina o imposto discriminatório sobre a cerveja importada da EU

A Costa Rica eliminou hoje um imposto de 10% sobre as cervejas importadas que tinha discriminado as cervejas da UE. Este imposto tinha colocado as cervejas da UE em desvantagem ao torná-las mais caras do que as cervejas locais.

Com a eliminação deste imposto, as cervejas da UE terão agora igual acesso ao mercado da Costa Rica, e beneficiarão das crescentes exportações de cerveja da UE para este país da América Central. A UE tem vindo a trabalhar com a Costa Rica no quadro do nosso Acordo de Associação para resolver esta questão há muito pendente.

Até agora, a Costa Rica tinha aplicado um imposto de 10% sobre o preço de venda de bebidas alcoólicas - exceto para a cerveja costa-riquenha. Numa Declaração Conjunta anexa ao Acordo de Associação UE-América Central, a Costa Rica comprometeu-se a rever os seus impostos internos relativos à cerveja até outubro de 2014. Nos anos que se seguiram a este compromisso, a UE pressionou regularmente para que esta revisão fosse levada a cabo através de discussões no âmbito dos canais institucionais do Acordo, em reuniões ministeriais bilaterais, e em discussões com membros do Parlamento costa-riquenho. Graças a este diálogo persistente, foi criado apoio suficiente no Parlamento costarriquenho e na administração costa-riquenha para que o imposto fosse removido, com o Parlamento a votar esmagadoramente (39-11) a favor em 15 de dezembro de 2022. O presidente da Costa Rica, Sr. Rodrigo Chaves, assinou a lei a 15 de fevereiro de 2023.

✓ **Próximas etapas**

A lei entrará em vigor assim que for publicada no Jornal Oficial da Costa Rica.

Fonte - [Costa Rica removes discriminatory tax on beer imported from the EU \(europa.eu\)](https://europa.eu)



Notícias do Parlamento Europeu



Adubos: Garantir a disponibilidade, a acessibilidade dos preços e a autonomia a longo prazo

- Eurodeputados querem a UE seja menos dependente dos fertilizantes importados e redução dos preços;
- São necessários mais recursos para acabar com a dependência do gás russo e produzir adubos;
- Comissão deve estudar a criação um mecanismo de compra conjunta de adubos.

✓ **O Parlamento insta a Comissão a assegurar o fornecimento de fertilizantes, a tomar medidas para baixar os preços e aumentar a autonomia estratégica da UE em matéria de adubos.**

Numa resolução aprovada esta quinta-feira, por mão ao ar, os eurodeputados pedem que, até junho de 2023, sejam delineadas duas estratégias a longo prazo da União Europeia (UE): uma para os adubos, outra relativa aos nutrientes do solo.

Os eurodeputados observam que o gás russo, usado na produção de adubos, contribui para o financiamento da guerra na Ucrânia e, por isso, apelam «para que sejam atribuídos recursos suficientes o mais rapidamente possível para acabar com a dependência deste gás».

Os eurodeputados reconhecem igualmente que a autossuficiência europeia em matéria de fertilizantes minerais «não é realista» a médio prazo e que as matérias-primas utilizadas para produzir adubos provêm frequentemente de regimes autoritários. A UE não deve «substituir uma dependência por outra» e deve aumentar a sua autonomia estratégica em matéria de adubos, notam os membros do Parlamento Europeu.

Folha Informativa SRADR

2023-02-17



Notícias do Parlamento Europeu

Como medida a curto prazo para aumentar a disponibilidade de adubos e estabilizar os preços, os eurodeputados propõem utilizar parte do orçamento agrícola de 2023 para prestar assistência imediata aos agricultores e alargar a suspensão temporária dos direitos de importação a todos os adubos minerais, com exceção dos provenientes da Rússia e da Bielorrússia. Recomendam igualmente à Comissão que estude um mecanismo de compra conjunta de adubos a nível da UE e a forma como os estrangulamentos logísticos no mercado dos adubos podem ser reduzidos. A longo prazo, os deputados recomendam a aceleração do processo de descarbonização e a utilização de nutrientes livres de fósseis e reciclados para produzir fertilizantes.

✓ Citação

O relator e presidente da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Norbert Lins (PPE, Alemanha), declarou: «Precisamos urgentemente de assegurar o abastecimento adequado de adubos aos nossos agricultores e precisamos de mais medidas para reduzir os seus preços. Os adubos são essenciais para a segurança alimentar. Substituir e complementar os adubos minerais por nutrientes provenientes de fontes orgânicas alargaria significativamente as possibilidades dos agricultores e tornaria a agricultura europeia menos dependente das importações de países terceiros.»

✓ Contexto

Após a invasão da Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022, os preços dos adubos e da energia aumentaram acentuadamente, tendo um impacto no custo dos alimentos. Os preços dos adubos azotados aumentaram 149 % em setembro de 2022, tendo os maiores fabricantes registado lucros recorde.

Fonte - [Adubos: Garantir a disponibilidade, preços acessíveis e autonomia a longo prazo](#) | Atualidade | Parlamento Europeu (europa.eu)